



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0003672-40.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença Contra A Fazenda Pública - Pagamento**
 Requerente: **Denise Helena de Souza Rocha**
 Executado: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

VISTOS.

Nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil, **JULGO EXTINTO** este cumprimento de sentença requerido por **Denise Helena de Souza Rocha** em face do **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**.

Fls. 34/35: Sem condenação da requerida nas verbas sucumbenciais, nos termos da Lei nº 12.153/09 e Lei nº 9.099/95.

Não obstante o respeito à interpretação dada pelas Cortes Superiores ao assunto em questão, que não tem caráter vinculante, entende este Juízo que não devem ser fixados honorários de sucumbência em cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, quando não impugnado, também nos casos sujeitos a RPV.

O decurso do prazo de 30 dias do artigo 535 do Código de Processo Civil não é um descumprimento voluntário, porque, tanto no caso de RPV, quanto no caso de precatório, o artigo 535, *caput* é expresso ao dispor que a fazenda não é intimada para pagar e sim para impugnar ou não a execução, acrescentando o art. 535, § 3º que, decorrido o prazo de impugnação, a sequência automática e natural é expedir o precatório (inciso I) ou a ordem de RPV (inciso II), sendo que a leitura dos dispositivos mostra que o rito foi pensado para o pagamento, no caso do RPV, somente ocorrer após a expedição deste, sendo, portanto, uma etapa necessária. Não há, desta maneira, descumprimento voluntário da obrigação. Sendo assim, o fundamento que leva ao afastamento dos honorários no caso de precatório (§ 7º do art. 85) também deve ser aplicado ao caso do RPV.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

Oportunamente, transitada esta em julgado e promovidas as anotações necessárias, arquivem-se os autos.

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 21 de maio de 2018 .

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**